

O DISCURSO DE ÓDIO NO CIBERESPAÇO CONTRA MULHERES TRANS E TRAVESTIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Marcos Randall Oliveira de Freitas¹
Francisco Vitor Macêdo²

RESUMO

A modernidade hoje está relacionada ao consumo desenfreado e à globalização desse consumo, possibilitando às pessoas uma conexão contínua nas digitalidades, materializada através de smartphones e computadores conectados à internet, entretanto, essa constante interação aumenta também a produção e o consumo de discursos odiosos na internet. As barreiras que impedem o acesso da comunidade LGBTQI+, em especial a comunidade trans, aos diferentes ambientes sociais são alicerçadas por políticas conservadoras e tradicionais que valorizam a normatização cisheterossexual e o patriarcado. Nesse contexto, o presente artigo objetiva analisar, por meio da revisão da literatura, como ódio às mulheres trans nas redes sociais é construído discursivamente, considerando para isso os desafios e possibilidades de superação dessa mazela social. O arcabouço teórico alicerçou-se a partir das reflexões de Bento (2012), Bakhtin (2010), Butler (2013), Jesus (2012), Glucksmann (2007) e Bauman (2001). Nesse contexto, esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa que busca analisar, por meio da revisão da literatura, como ódio às mulheres trans nas redes sociais é construído discursivamente, considerando para isso os desafios e possibilidades de superação dessa mazela social. Os resultados mostraram aspectos relevantes sobre o crescimento de comentários odiosos às pessoas trans em diferentes redes sociais, o que ecoa nas práticas fora dos espaços digitais, aumentando o número de casos de transfobia e cerceando as vozes dessas pessoas na sociedade.

1 INTRODUÇÃO

É inconteste o fato de que o desenvolvimento das mídias digitais revolucionou a interação humana ambientada em diversos espaços na internet, como os sites de redes sociais. Esses espaços propiciaram a criação e o compartilhamento de conteúdos por qualquer pessoa. A reboque dessa revolução, outro irretorquível acontecimento diz respeito ao fato de que os ambientes das redes sociais são, como mostram Del Vigna *et al.* (2017), o espaço “ideal para a proliferação de informações prejudiciais” a grupos de minorias sociais. Entre essas informações, os autores mostram condutas de *ciberbullying*, predação sexual, práticas de auto-mutilação, entre outros. Esse

¹ Graduado em Letras e discente do curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (UNILAB)

² Doutor em Filosofia (UFPE) e professor orientador.

tipo de propagação do ódio na internet, conforme Al-Utbi (2019), acontece devido à facilidade e ao modo como as pessoas lidam com a interação on-line.

No estudo de Saleem *et al.* (2017), os autores mostram que as redes sociais estão eivadas de conteúdos que propagam ódio por uma pessoa ou por um determinado grupo de pessoas. Esse tipo de conteúdo pode assustar, intimidar ou silenciar os usuários das plataformas digitais e, alguns deles, podem inspirar outros usuários a cometer violência. Em função disso, muitos estudiosos passaram a se dedicar a métodos de como identificar e categorizar o discurso de ódio nas redes sociais.

Saleem *et al.* (2017) criticam pesquisas cuja metodologia se baseia apenas no uso de palavras-chave e/ou isoladas, já que tal método se mostra insuficiente para a detecção do discurso de ódio. Em função disso, os autores propõem uma abordagem para revelar discursos odiosos que produzem e compartilham conteúdos por comunidades virtuais que se identificam como odiosas. Zhang e Luo (2018, p. 16) também buscam extratores de recursos automatizados que se mostrem eficazes para capturar a semântica do discurso de ódio. Em função disso, eles mostram que

A propagação do discurso de ódio nas mídias sociais tem aumentado significativamente nos últimos anos, devido ao anonimato e mobilidade de tais plataformas, bem como à mudança do clima político de muitos lugares do mundo. Apesar do esforço substancial dos departamentos de aplicação da lei, órgãos legislativos e milhões de investimentos de empresas de mídia social, é amplamente reconhecido que as medidas efetivas são contrárias à análise semântica automatizada desse conteúdo. A tarefa essencial nessa direção é a detecção e classificação do discurso de ódio com base em suas características de direcionamento.

Esta pesquisa não caminha na direção de estabelecer ferramentas computacionais para encontrar o discurso de ódio. Desse modo, não interessa estabelecer métodos de categorização desse tipo de discurso, mas de refletir o discurso de ódio, que representaria uma forma da proliferação cultural destinada a um determinado grupo social – aqui representado pelas travestis.

De acordo com esse ponto de vista, assim como Al-Utbi (2019) estudou o discurso de ódio direcionados ao Islã e aos muçulmanos em páginas do *Facebook*³, neste trabalho, analisamos o discurso de ódio também direcionado a uma determinada comunidade: LGBTQI+⁴, de um modo geral, e às pessoas trans, de modo mais específico. ElSherief *et al.* (2018, p. 8), ao proporem uma análise linguística baseada no alvo do discurso do ódio nas mídias sociais, mostram que “o discurso de ódio dirigido a uma comunidade tem o potencial de mobilizar um grande número de pessoas, permitindo um alcance mais amplo e pode ter consequências devastadoras para a sociedade”.

As barreiras que impedem o acesso da comunidade LGBTQI+, em especial a comunidade trans, aos diferentes ambientes sociais são alicerçadas por políticas conservadoras e tradicionais que valorizam a normatização cisheterossexual e o patriarcado. Nesse contexto, o presente artigo objetiva analisar, por meio da revisão da literatura, como ódio às mulheres trans nas redes sociais é construído discursivamente, considerando para isso os desafios e possibilidades de superação dessa mazela social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O discurso de ódio nas redes sociais em tempos líquidos

A modernidade hoje está relacionada ao consumo desenfreado e à globalização desse consumo, possibilitando às pessoas uma conexão contínua nas digitalidades, materializada através de smartphones e computadores conectados à internet. Esse contexto transforma radicalmente o cotidiano das pessoas, pois amplia as possibilidades de interação, principalmente através das redes sociais digitais. A modernidade líquida, como a categoriza Bauman (2001), dilui laços e cria vínculos cada vez mais frágeis entre as pessoas.

Nesses cenários fluidos, a linguagem se ratificou como uma prática sociocultural, já que, conforme Fairclough (2001, p. 91), “implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e

³ Facebook é uma mídia social e rede social virtual lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada da Facebook Inc.

⁴ LGBTQI+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexuais e o símbolo “+” alberga todas as outras possibilidades identitárias.

especialmente sobre os outros, como também um modo de representação". Considerando tal prerrogativa, podemos dizer que o agir no mundo só se manifesta por meio da linguagem e é isso que permite aos falantes múltiplas possibilidades de intervenção social.

No caso das relações ambientadas nas redes sociais, temos visto que isso coloca em cena a exposição de situações de opressão, como a transfobia, por exemplo. Assim, conectadas em rede, as pessoas curtem, comentam, compartilham informações pessoais, reflexões sobre decisões, escolhas e ideologias, além de debaterem sobre diferentes temáticas, inclusive respeito ao próximo e ativismo político-social.

Em contrapartida, a facilidade de interação com o outro em ambientes digitais aflorou sentimentos diversos, que vão desde a empatia até a mobilização do ódio. Assim, as fronteiras entre opinião e ódio vêm se dissolvendo na medida em que os comentários postados em redes sociais se mostram cada vez mais hostis, sobretudo, aqueles direcionados a determinados grupos sociais.

Sobre isso, Al-Utbi (2018), em sua pesquisa sobre a cultura do ódio ao Islã e aos muçulmanos no Facebook, mostra que a linguagem das postagens e seus detalhes semióticos significam que os textos nela representam um discurso de ódio que, às vezes, pode exigir genocídio, e não uma mera liberdade de expressão. Então, quando isso acontece, temos o genuíno discurso de ódio, pois, nas palavras de Cohen-Almagor (2011), ele passa a expressar

atitudes discriminatórias, intimidadoras, desaprovadoras, antagônicas e/ou prejudiciais em relação a essas características, que incluem gênero, raça, religião, etnia, cor, nacionalidade, deficiência ou orientação sexual. O discurso de ódio tem a intenção de prejudicar, desumanizar, assediar, intimidar, rebaixar, degradar e vitimizar os grupos-alvo e fomentar a insensibilidade e a brutalidade contra eles. (Cohen-Almagor, 2011, p. 3)

Hoje em dia, as práticas odiosas nas redes sociais são recorrentes e até são institucionalizadas, pois acontecem não apenas por meio da violência simbólica, mas também por meio de xingamentos e difamações explícitos. Isso existe porque, conforme Glucksmann (2007, p. 11),

[...] o ódio existe, todos nós já nos deparamos com ele, tanto na escala microscópica dos indivíduos como no cerne de coletividades gigantescas. A paixão por agredir e aniquilar não se deixa iludir pelas magias da palavra. As razões atribuídas ao ódio nada mais são do que circunstâncias favoráveis, simples ocasiões, raramente ausentes, de liberar a vontade de simplesmente destruir.

A destruição do outro implica a autodestruição, pois discursivizar o ódio fere de forma subjetiva (e se instaura no coletivo cultural), já que ultrapassa os limites de atingir a si, e de forma intersubjetiva, de ferir o outro ao enunciar e ao limitar o direito do outro de pensar de forma diferente. Para Silva *et al.* (2011, p. 447), “o discurso de ódio compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade”.

Dialogando com nosso objeto de pesquisa, a discriminação respalda-se pela incompreensão e não aceitação da identidade de gênero das pessoas trans, e a externalidade ganha fôlego à medida que os usuários do *Twitter* expõem discursivamente o ódio enraizado em convicções individuais e colonizadoras. Dados como os que trazemos neste trabalho, mostram claramente que as pessoas trans não são bem-vindas na sociedade brasileira e, por isso, elas devem ser assassinadas ou banidas dos ambientes de letramentos formais, como os acadêmicos.

Os alvos do discurso de ódio são pessoas nas quais as identidades já estão há muito tempo marcadas pela discriminação e marginalização sociais. Nesses grupos, estão pessoas que se afastam da lógica da naturalidade e normalização das pessoas, das relações e dos processos sociais. São negros, negras, mulheres, *gays*, lésbicas, transgêneros, indígenas, quilombolas e tantos outros grupos silenciados por diferentes esferas sociais, como a mídia, as igrejas, as escolas e as famílias.

Portanto, limitar as possibilidades do outro impõem práticas discriminatórias nas relações socioculturais, fragilizando esses laços e diluindo um possível vínculo diante de qualquer situação de divergência. Neste cenário, é latente a criação de redes de apoio com o fito de diminuir os impactos sociais, emocionais e políticos da disseminação do ódio nas redes sociais.

2.2 Inclusão social de pessoas trans: múltiplas possibilidades

Entre a lógica dos sonhos e do capital, existe, no contexto brasileiro, uma concorrência desleal, que efetiva o acesso de poucos sujeitos aos diferentes espaços sociais, referendada pela crescente desigualdade social. Nesse contexto, grupos minoritários, como as pessoas que compõem a comunidade LGBTQI+ e, em particular, as pessoas transexuais e as travestis, os quilombolas e os negros, por exemplo, são distanciados dos diferentes espaços sociais, inclusive da internet. De acordo com a Pesquisa do Perfil dos Graduandos das Instituições Federais da Andifes⁵, realizada em 2018, estudantes transexuais representam só 0,1% do total dos alunos de universidades federais no Brasil.

Esse dado nos revela o quanto as universidades (e também das redes sociais) são espaços que segregam e distanciam as pessoas transexuais e as travestis. Há um silenciamento e, portanto, um apagamento das práticas sociais produzidas por essas pessoas, refletindo em dados alarmantes de violências contra homens e mulheres transexuais e travestis. Segundo Andrade (2012, p. 87), é inegável

que houve uma evolução no trato com as travestis; antes elas não podiam ter acesso à escola e conseqüentemente, às universidades, mas no presente momento a travesti vem sendo, na maioria das vezes, tolerada na escola e/ou universidades.

Travestis e transexuais são toleradas na perspectiva do politicamente correto, porém impedidas de vivenciarem o ser/estar na universidade de maneira plena com suas identidades, como, por exemplo, o uso do banheiro, fato ainda polêmico no ambiente acadêmico, que causa estigma e estranhamento às pessoas trans.

No processo de rejeição às identidades de gênero que se distanciam do binarismo homem-mulher, há a construção de identidades de gêneros inteligíveis e ininteligíveis, a partir do gênero entendido enquanto um mecanismo (Butler, 2013), produzindo corpos que são validados ou não socialmente. Entre estas identidades de gêneros ininteligíveis estão as identidades travesti e transexual,

⁵ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Para maiores informações sobre a pesquisa, ver <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioeconômico-dos-Estudantes-de-Graduação-das-U.pdf>>

que ainda causam incômodo e estranhamento. Entretanto, a transexualidade e a travestilidade são construções sociais de identidade de gênero, distanciando-se de orientação sexual e sexo biológico. Como muito bem explica Jesus (2012),

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. (Jesus, 2012, p. 08)

Ao analisarmos a autopercepção e as formas de se expressar socialmente, duas perguntas são essenciais para refletirmos sobre o acesso de transexuais e travestis nos múltiplos espaços sociais: Quantos/as/es colegas de sala transexuais ou travestis existem na sua sala? Quantos/as/es transexuais ou travestis trabalham ou convivem com você? Provavelmente a resposta para essas duas perguntas seja negativa, basta recordarmos dos 0,1% de estudantes transexuais matriculados nas universidades brasileiras.

Nesse contexto, o ciberespaço, as universidades e as escolas (igrejas e muitos outros espaços sociais) ainda são alicerçadas por práticas cisheteronormativas e elitistas, o que ratifica as intersecções entre gênero e questões políticas e culturais, além das motivações político-sociais (Butler, 2013). Nessa perspectiva, a inclusão de transexuais e travestis nas diferentes esferas sociais pressupõe o fortalecimento de uma pauta transdisciplinar e emancipatória.

Acesso e permanência são dois lados de uma mesma moeda, pois nada vale garantir o acesso se não forem construídas condições sociais, físicas e políticas que permitam as pessoas transexuais e travestis de vivenciarem e participarem do cotidiano acadêmico a partir da subjetividade e intersubjetividade de suas identidades.

O fortalecimento dos movimentos sociais e a implementação de políticas públicas para as pessoas transexuais e travestis fazem parte do caminho inclusivo que objetiva dirimir as barreiras atitudinais, sociais e políticas que impossibilitam o acesso e a permanência dessas pessoas ao ambiente acadêmico. Nesta jornada, a compreensão do outro como uma identidade em

contínua construção permite que diferentes vozes atuem em um cenário com múltiplas possibilidades.

METODOLOGIA

O processo de construção do objeto de pesquisa envolve idas e vindas a partir dos achados durante o percurso de pesquisa. De acordo com (MINAYO, 1993, p. 18), “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais”. Nesse modelo, parte-se da pergunta norteadora para criar estratégias para responder aos nossos objetivos, buscando nos aproximarmos do nosso objeto de estudo.

Nesse contexto, esta é uma pesquisa qualitativa que busca analisar, por meio da revisão da literatura, como ódio às mulheres travestis nas redes sociais é construído discursivamente, considerando para isso os desafios e possibilidades de superação dessa mazela social.

Segundo Bento (2012, p. 01), “quando um investigador se inicia no processo de revisão da literatura é pouco provável que o assunto tratado nunca tenha sido abordado por outra pessoa, pelo menos em parte ou de forma indireta” (BENTO, 2012, p. 01), por isso, a nossa temática centra-se em um assunto que vem sendo discutida em diferentes áreas do conhecimento, sendo assim, “a revisão da literatura é indispensável não somente para definir bem o problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação” (BENTO, 2012, p. 01).

CONCLUSÃO

A compreensão de linguagem discutida neste artigo pauta-se no dialogismo de Bakhtin (2010), ao colocar em cena o *eu que fala* e o *tu que ouve*, carregando a ideia de que a linguagem nunca é monológica. Sendo assim, as marcas entre o dito e o não-dito são basilares para as construções sociais.

Nessa perspectiva, as construções socioculturais criam caminhos a partir do desvelamento das injustiças e dos estigmas com vistas à tessitura do pensamento crítico das pessoas através da linguagem. Para Martins (2006, p.

120), “a linguagem é mais do que um conjunto de recursos simbólicos de expressão e comunicação: é instância constitutiva de identidades, de relações entre sujeitos, e de relações entre sujeitos, instituições e conhecimento”.

Por meio da revisão da literatura, observamos aspectos relevantes sobre o crescimento de comentários odiosos às pessoas trans em diferentes redes sociais, o que ecoa nas práticas fora dos espaços digitais, aumentando o número de casos de transfobia e cerceando as vozes dessas pessoas na sociedade. Por isso, discutir o acesso e a permanência das pessoas trans nos diferentes espaços sociais é cada vez mais vital para o fortalecimento do processo democrático e social.

Em nossas análises, não nos detivemos com afinco às orientações ideológico-culturais das práticas sociais contra à comunidade trans, o que sugere caminhos para pesquisas futuras. Portanto, urge cada vez mais que pesquisadores da área de Linguística Aplicada construam tessituras transdisciplinares entre linguagem, corpo, gênero e sexualidade, que possibilitem que as vozes de diferentes pessoas ecoem nas pautas científicas para que diferentes corpos e vozes possam sempre existir e resistir dentro de uma cultura hegemônica heteronormativa.

REFERÊNCIAS

- AL-UTBI, Mahdi I. Kareem. A Critical Discourse Analysis of Hate Speech. **Journal of the College of Languages (JCL)**, p. 19-45, 2019.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (doutorado). Área de Concentração: Educação – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.
- BAKHTIN M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOAVENTURA, S. S. Meneses, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almeida, 2009.
- BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras**

em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>> Acesso em 3 jan. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de tudo? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COHEN-ALMAGOR, R. Fighting Hate and Bigotry on the Internet, **Policy & Internet**, 3 (3), 1-26, 2011.

DEL VIGNA, F. at al. Hate me, hate me not: Hate speech detection on Facebook. In **Proceedings of the First Italian Conference on Cybersecurity**, p. 86–95, 2017.

ELSHERIEF, M. at al. Hate Lingo: A Target-based Linguistic Analysis of Hate Speech in Social Media. **Association for the Advancement of Artificial Intelligence** (www.aaai.org). All rights reserved. 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008 [1992].

FRAGOSO, S., RECUERO, R. & AMARAL, A. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANÇA, Aurênia Pereira de. **Análise crítica do discurso quilombola em Conceição das Crioulas**: oralidade, memória e identidade social. 2018. 163 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Direito. Mestrado em Direito, 2017.

GLUCKSMANN, André. **O Discurso do Ódio**. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

HINE, Christine. Etnografía virtual. **Colección: NuevasTecnologías y Sociedad**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília – DF, 2012.

LAZAR, M. Politicizing gender in discourse: feminist critical discourse analysis as polical perspective and praxis. In: LAZAR, M. (Org.). **Feminist critical discourse analysis**: gender, power and ideology in discourse. Houndmills, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

MARTINS, I. Analisando livros didáticos na perspectiva dos estudos do discurso: compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa.

In: **Pro-Posições**, v. 17, n.1 (49), 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza & SANCHES, Odécio. Quantitativo- Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1993.

MELO, Iran Ferreira de. **A concepção da homossexualidade em textos jornalísticos**: uma análise crítica da transitividade verbal. 2007. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

PAIVA, V. L. M. O. A linguagem dos emojis. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n (55.2): 379-399, mai./ago. 2016.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SALEEM, H.M. et al. **A Web of Hate**: Tackling Hateful Speech in Online Social Spaces. arXiv:1709.10159 [cs], 2017. Disponível

em: <<http://arxiv.org/abs/1709.10159>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

SILVA, Rosane Leal da et al. **Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira**. Rev. direito GV, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 445-468, Dez. 2011. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322011000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez 2021.

TRAVANCAS, I. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: DUARTE, J. e BARROS, A. (Ed.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ZHANG, Ziqi.; LUO, Lei. **Hate Speech Detection**: A Solved Problem? The Challenging Case of Long Tail on Twitter. *Semantic Web* 1 (0) 1–5, 2018.